

HISTÓRIA, PSICANÁLISE E SOCIOLOGIA: NOTAS ACERCA DA DOMINAÇÃO MASCULINA*

Dayane Santos de Souza**

Resumo: Este artigo tem o objetivo de explicitar parte da discussão acerca da dominação masculina e da violência de gênero em seus aspectos conjuntural, social e subjetivo, com ênfase na questão da mulher. Para isso, traremos a contribuição de autores de diferentes áreas do conhecimento, como a história, a sociologia e a psicanálise, respeitando os limites de intersecção que possam haver entre elas. Na tentativa de transitar entre as áreas, espera-se promover um diálogo profícuo, embora complexo e desafiador.

Palavras-chave: Gênero; Mulher; Psicanálise.

Abstract: This article has the objective of clarifying part of the discussion on masculine domination and gender violence in its conjunctural, social and subjective aspects, giving emphasis on women's issue. To do so, we will bring the contribution of different authors from different areas such as history, sociology and psychoanalysis, respecting the limits of any intersection that may exist between them. In the attempt to move between the areas, we hope to promote a proficuous dialogue, although complex and challenging.

Key-words: Gender; Woman; Psychoanalysis.

Apresentação

Em “A dominação masculina”, Pierre Bourdieu (2009) argumenta que a dominação do homem sobre a mulher, um dado ordinário da ordem social, é exercida por meio de uma violência simbólica, compartilhada inconscientemente entre dominador e dominado, e disseminada pelo *habitus*, o que significa dizer que a relação de dominação/submissão é exercida por meio de um princípio simbólico reforçado pela língua, pelo estilo de vida (fazer, sentir, pensar), e pelos estigmas que surgem das diferenciações entre as pessoas. Por muitos séculos, os arranjos sociais em torno da relação de dominação entre os sexos pouco haviam mudado, pelo menos até meados do século XX. À mulher era destinada a subordinação ao homem, que se constituía como uma ordem natural nas relações entre os sexos. A subversão desse papel era impensável.

A ordem da procriação deve respeitar a ordem do mundo. Penetrada pelo homem deitado sobre ela, a mulher ocupa seu verdadeiro lugar. Porém, se a posição se inverte, a ordem do mundo se verá pervertida. Apenas a imagem do homem

* Este artigo é fruto das profícuas discussões travadas na disciplina “História e violência no Espírito Santo: o sujeito na cena do crime, 1980-2010”, ministrada pelas professoras Dr^a Marcia Barros e Dr^a Maria Cristina Dadalto, dos Programas de Pós-Graduação em História e de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo. Agradeço ao professor Francisco Albernaz pelos aconselhamentos sobre o tema, e aos amigos Marcelo Marques e Geovani H. S. Souza pela revisão técnica e textual.

** Socióloga, formada na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, e mestranda em Ciências Sociais pela mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: dayanesantos.cso@gmail.com.

cavalgando a mulher e penetrando sua carne é reputada conforme à norma (ROUDINESCO, 2003, p. 24).

Este artigo tem o objetivo de explicitar a discussão acerca da dominação masculina e da violência de gênero, sobretudo em suas ligações com a manutenção da ordem social patriarcal, com ênfase na questão da mulher. Para isso, traremos a contribuição de autores de diversas áreas do conhecimento, como a história, a sociologia e a psicanálise, respeitando os limites de intersecção que possam haver entre elas. Na tentativa de transitar entre as áreas, espera-se promover um diálogo profícuo, no mínimo desafiador.

Inicialmente traremos apontamentos acerca das diferenciações entre sexo e gênero no campo dos estudos de gênero e no da psicanálise freudiana, e, posteriormente, discutiremos a violência de gênero e a violência simbólica como recursos de manutenção da dominação masculina. Nosso objetivo é fomentar a reflexão em torno da crise da autoridade patriarcal e da assimetria das relações de gênero, vendo-as como um longo processo cultural, histórico, político e social que ainda reverbera em pleno século XXI. Essa condição legitimou a opressão constante ao feminino, e a violência, um dos temas deste artigo, é uma das manifestações opressoras mais pujantes da naturalização das relações assimétricas entre os gêneros. Cabe ressaltar ainda que esta é apenas uma fração da complexa e extensa discussão travada no campo dos estudos de gênero.

Sexo ou gênero? Apontamentos sociológicos, antropológicos e psicanalíticos sobre as diferenças entre homens e mulheres

Matos (1999, p. 25), a partir das elaborações de Marilyn Strathern, observa que a definição naturalizada dos gêneros masculino e feminino parte de uma separação entre natureza e cultura, em que estas são colocadas em oposição. A mulher é ligada à natureza, ao corpo, ao que é “dado ao homem” e ao que é imutável e subordinado. O homem é relacionado à cultura, que diz respeito a tudo que é “feito pelo homem”, um campo cuja autonomia e a capacidade de transformação estão presentes. Desde o século XVII esses binarismos foram reforçados por médicos e cientistas, que se associavam “[...] a metáforas sexuais que eram claras em expressar a natureza como uma mulher a ser desvelada, despida e penetrada pela ciência masculina”. No século XVIII, sobretudo, tornou-se mais claro o trabalho médico-científico na vinculação do sexo biológico com o gênero. Até mesmo as células de homens e mulheres pareciam mostrar diferenças irreduzíveis entre os sexos. Ao analisar a representação da anatomia humana naquela época, Matos também destaca, a partir de Schiebinger, a “carga” ideológica presente nesses estudos:

O esqueleto da mulher ideal foi então construído com a mais larga pélvis que foi possível encontrar, caixa torácica estreita e crânio relativamente pequeno. Assim, os ideais culturais mascaravam os fatos da natureza. Schiebinger enfatiza o modo opressivo dessa biologia. O esqueleto da mulher era mostrado, de certa forma, como o da criança e procurou-se provar que as mulheres eram relativamente infantis. Em geral, os cientistas reportavam à natureza as bases das desigualdades sociais e, de

acordo com Schiebinger, construíram, através de suas pesquisas, uma visão inferior da mulher (MATOS, 1999, p. 27).

Dessa forma, as características físicas da mulher foram base para determinar sua inadequação para o trabalho intelectual e seu confinamento no âmbito privado. A ciência possibilitou a naturalização do sexo no campo cultural. Matos (1999, p. 28) enfatiza que as diferenças biológicas entre homens e mulheres não são a questão central. Importa notar que “[...] circunstâncias políticas, sociais, econômicas e culturais [...] criaram o discurso de corpos hierarquicamente construídos [...]”. Tais circunstâncias redefiniram o natural como social.

Entretanto, as explicações sobre o sexo e o gênero estão longe de convergir. Em seu livro “A família em desordem”, Roudinesco (2003) explica que há várias formas de abordar relações de dominação entre homens e mulheres. Uma delas é partir da diferença biológica entre os sexos, que determinará suas posições sociais. Nessa visão, a humanidade é dividida em dois polos sexuais. Outra forma é privilegiar o gênero em detrimento da diferença biológica, valorizando uma diferença cultural ou identitária determinada pelo lugar que o homem e a mulher ocupam na sociedade. Nesta, as diferenças sociais são multiplicadas ao “infinito”, pois a diferença biológica é relativizada. A autora também destaca o modelo de sexo único desenvolvido por Aristóteles em sua obra “Política”. Para ele, a primeira união necessária à ordem da natureza é a de um macho com uma fêmea. Roudinesco explica que para Aristóteles:

[...] só o esperma engendra e gera a criança que irá se lhe assemelhar. Como consequência, o homem comanda, a mulher se submete e a família é organizada segundo um princípio monárquico. Porém sob a condição de que seja integrada à cidade (ROUDINESCO, 2003, p. 116).

Na visão aristotélica, a cidade é composta de famílias que reproduzem sua hierarquia. Haveria três categorias de humanos na cidade: “[...] o homem, que é o senhor, o esposo e o pai; a mulher, que é a esposa e a mãe; o escravo, que é a ‘coisa do senhor’, e que é desprovido dessa parte ‘deliberativa da alma própria do animal cívico’” (ROUDINESCO, 2003, p. 116). A mulher seria, então, superior ao escravo e inferior ao homem, aproximada da animalidade, perigosa para a cidade. Aristóteles entende a mulher como um “homem invertido”, por isso um modelo “unissexuado”.

Todavia, Roudinesco (2003) observa também que ao se colocar em destaque o sexo anatômico para explicar as diferenças, a unidade se desfaz e a humanidade fica dividida em duas categorias imutáveis, a de homens e a de mulheres. Para a autora, três representações surgem dessa dicotomia:

Ou a diferença sexual é pensada em termos de complementaridade, e a mulher se torna um *alter ego* do homem, dividindo com ele um prazer carnal e um papel social; ou é inferiorizada, e a mulher é classificada em uma espécie de zoológico: monstro, andrógina, lésbica, prostituta; ou é idealizada, e a mulher se torna um ‘suplemento’, heterogêneo à ordem simbólica: a louca, a mística, a virgem (ROUDINESCO, 2003, p. 117).

No caso da primeira representação, o símbolo mais forte ligado à ideia de feminilidade da mulher é a maternidade. Nas outras duas, o feminino e o materno são dissociados, colocando a mulher em posição de incapacidade de procriar. A autora salienta que, a partir dessas representações, as posições de poder foram deduzidas em submissão, complementaridade ou exclusão das mulheres. Esses arranjos provocaram modificações nas famílias ao longo do tempo. O declínio da autoridade divina do pai se deu ao mesmo tempo em que houve uma maternalização da família. A sexualidade das mulheres ganhou força e gerou temor pela perda do controle sobre seu corpo.

Na filosofia das Luzes, lembra-nos a autora, havia correntes que defendiam a inferioridade da mulher em relação ao homem, e outras que defendiam a universalidade dos direitos civis e políticos tanto para homens quanto para mulheres. Neste último entendimento, afirmava-se a não inferioridade das mulheres, e compreendia-se que, se estas não pareciam iguais aos homens, era por causa da autoridade marital que as subjugava e as privava de educação - estudiosos como Antonie Caritat, Marquês de Condorcet, tinham essa concepção. Mas é com o feminismo, em fins do século XVIII, que se relaciona a luta em favor da igualdade entre homens e mulheres com um projeto de revolução da sociedade que iniciará um longo movimento de emancipação das mulheres. Ao final do século XX elas passaram a dominar todos os processos de procriação, o que causou, segundo Roudinesco, uma nova desordem familiar. Houve o medo da abolição das diferenças e das gerações.

A partir de 1970, novas questões foram lançadas na discussão sobre sexo e gênero. Passou-se a apontar que o sexo biológico seria “[...] um dado do comportamento humano tão ‘construído’ quanto o gênero”. O sexo social (gênero) seria “o operador ‘colonialista’ do poder de um gênero sobre outro” (ROUDINESCO, 2003, p. 120). Relaciona-se, nessa concepção, orientação sexual e pertencimento étnico; trabalha-se com múltiplas diferenças. Em 1990, outra reviravolta nos estudos de gênero é empreendida a partir dessas novas concepções. Surge a teoria *queer*, que traz consigo a rejeição do sexo biológico e do sexo social. As identidades são entendidas como transitórias e fragmentadas. Assim, cada indivíduo seria capaz de adotar a qualquer momento a posição de um sexo ou de outro. Nesta temática, Roudinesco (2003) destaca os estudos de Judith Butler, em “Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade”, realmente um estudo indispensável aos teóricos de gênero hoje.

Mas, e a psicanálise, como entende essas diferenças entre os sexos?¹ Segundo Roudinesco (2003, p. 126), Freud propôs uma teoria da sexualidade humana que era capaz de superar as antigas mitologias naturalistas e antinaturalistas da feminilidade. Tendo como base a biologia darwiniana, “Freud sustentava a tese de um monismo sexual e de uma essência viril da libido humana”. Assim, no estágio infantil, a menina ignoraria a existência da vagina e veria o clitóris como uma espécie de pênis, além de ter a impressão de estar com um órgão castrado. Freud, portanto, parte de um polo único de representações, embora o complexo de castração se organize de formas diferentes para os dois sexos. A menina só tomaria

¹ Neste artigo nos atemos a uma breve explanação baseada em Roudinesco (2003) sobre a análise freudiana no que tange à mulher, mas, para aprofundamento da questão, ver “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (1925), “Sexualidade Feminina” (1931), “A dissolução do complexo de Édipo” (1924), entre outras obras de Sigmund Freud.

consciência da existência da vagina na puberdade, e para ela isso geraria um recalque em relação à sua sexualidade clitoriana. No menino, a penetração é o alvo de sua sexualidade. Assim, a sexualidade da menina se organizaria no falicismo, desejando um menino e um filho do pai. A mãe seria o elemento primordial para ambos os sexos na construção da sexualidade, já que ambos a formarão a partir da separação da mãe. Há, então, na concepção freudiana, um falocentrismo, não havendo instinto materno, nem essência feminina. O falicismo seria uma instância neutra, comum aos dois sexos. Por isso a expressão “mulheres falocêntricas”, por exemplo. Nenhum sujeito seria, dessa forma, “[...] portador de uma pura especificidade masculina ou feminina”, o que inclui os casos de bissexualidade ou homossexualidade, quando ambos os sexos negam a castração materna (ROUDINESCO, 2003, p. 127).

Como nos explica a autora, para Freud, “[...] ama-se e deseja-se segundo as mesmas paixões”. Gênero e sexo se traduzem reciprocamente. E a análise freudiana ainda inova ao introduzir o termo “sexualidade psíquica”, ligada ao inconsciente. “Faz do humano – homem ou mulher – um sujeito desejante, e essa ordem do desejo não deriva nem do social, nem do biológico” (ROUDINESCO, 2003, p. 128). Aqui, pensa-se o feminino como parte integrante do universo humano. Concebendo uma não concordância entre psique e anatomia, e um monismo sexual, Freud se alinha à filosofia das Luzes, na busca pela universalidade de direitos, embora haja, entre os iluministas, discordâncias nesse aspecto. Olympe de Gouges - codinome de Marie Gouze (1748-1793) – publicou em 1791, na França, a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”. Girondina, abertamente opositora de Robespierre, foi guilhotinada em 1793 e denunciada como uma “mulher desnaturada” (ROUDINESCO, 2003).²

Olympe de Gouges foi o mais perfeito exemplo de que a igualdade à qual os franceses se referiam era uma igualdade para bem poucos, para dizer a verdade, a igualdade era apenas destinada aos homens da classe burguesa. Olympe era escritora, feminista atuante e revolucionária na França nos tempos da Revolução, chegando a ter seu direito de fala silenciado ao publicar, em 1789, *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*, no qual reivindicava a abolição do jugo masculino sobre o feminino. Resultado: em 03 de novembro de 1793, a escritora foi guilhotinada, acusada de querer igualar-se ao homem, traindo a sua condição de mulher (Aragão, 2001). O mesmo ocorreu com a atriz Claire Lacombe, atriz da comédie française, líder popular e organizadora da Sociedade das Mulheres Revolucionárias (SILVA, 2010, p. 557-558).

Para Freud, contudo, a ordem do desejo é heterogênea ao sexo e ao gênero, subvertendo as categorias habituais da antropologia e da sociologia. Assim, não importa a estrutura ou a evolução à qual a família esteja ligada, ela sempre será uma história de família, em que homens, mulheres e crianças atuam como heróis trágicos: “Nascidos condenados, eles se desejam, se dilaceram ou se matam, e não descobrem a redenção senão ao preço de sublimar suas pulsões” (ROUDINESCO, 2003, p. 129). A sexualidade feminina é para Freud,

² Fonte: GOUGES, Olympe. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã**. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>>. Acesso em: jan. 2013.

sobretudo, uma incógnita. Mesmo assim, ele concebe, complementarmente, uma unidade, de essência masculina, e uma diferença, de essência feminina. No que tange à dominação masculina, Sigmund Freud diria que

[...] o domínio do masculino estava associado a um desejo ativo de dominação, amor, conquista, sadismo ou transformação dos outros e de si mesmo, ao passo que o polo do feminino se caracterizava pela passividade, a necessidade de amor, a tendência à submissão e ao masoquismo (ROUDINESCO, 2003, p. 129).

Dessa forma, permanece a essencialização dos sexos, Freud acaba por não superá-la. É dele a frase “O destino é a anatomia”. Roudinesco (2003) observa que isso não significa que Freud considere a mulher um “homem invertido”, mas que entende a anatomia como um ponto de partida para uma nova articulação da diferença sexual que coloca homens e mulheres em confronto ao idealizarem ou desvalorizarem um ao outro, sem jamais alcançar completude real em suas relações.

A mulher é – dentro do modelo de família edipiana reinventada por Freud – sempre mãe, na vida e na morte. Nas relações com a mulher, o homem sempre encontrará três imagens nela: a própria mãe (de quem nasce), a amante (a quem escolhe) e a terra mãe, que o acolhe em seu seio novamente. No caso da mulher, esta só alcança maturidade sexual quando renuncia ao prazer clitoriano - sexualidade histérica - em nome de um prazer vaginal, ao passo que esta renúncia sela o destino masculino, que, para satisfazer a mulher, deve controlar a sexualidade selvagem herdada do pai, renegando a poligamia, o incesto e o estupro. O antigo poder tirano do pai, violento e opressor da sexualidade de seus filhos e possuidor de todas as mulheres deve ser superado, assim como o desejo de matá-lo e de obter a própria mãe. A mulher seria a única, para Freud, capaz de “[...] insuflar no homem o princípio mesmo do amor e de fazê-lo romper os laços fraticidas pelos quais, desde sempre, empreendera perigosas batalhas contra a cultura, contra a democracia, contra si próprio” (ROUDINESCO, 2003, p. 133). Dessa forma, Freud via as mulheres como feitas para o amor, e não as encorajava a exercerem profissões, a lutarem por igualdade ou a concorrerem com os homens. Embora concordasse que a lei e o costume concedessem às mulheres muitos direitos dos quais foram privadas, Freud se manteve preso às antigas representações da diferença sexual e das origens da procriação. Mesmo assim, a autora defende que Freud não apoiava uma concepção de família e de sexo que colocasse homens e mulheres em desigualdade.

Para dialogar com as bases sócio-filosóficas, cabe mencionar Simone de Beauvoir com a publicação, em 1949, de “O segundo sexo”, livro que inspirou o feminismo de várias décadas seguintes. Beauvoir se colocou em posição crítica à psicanálise ao questionar a existência do inconsciente freudiano e observou que a atribuição universal que Freud deu a aspectos biológicos obstruíra a liberdade humana e excluía a *diferença* feminina. Beauvoir defendeu, também, que o amor é para a mulher uma total renúncia em nome de um senhor, e dissociou a feminilidade da maternidade, entendendo que esta é mais uma coerção do que uma vontade natural (ROUDINESCO, 2003).

Conforme Kritsch (2012, p. 17), “[...] devemos a Simone de Beauvoir a propagação, sobretudo nos círculos intelectuais, da ideia de que as mulheres são dominadas em todos os aspectos de suas vidas e são mantidas em seu lugar inferior pelo *conjunto da civilização*”. É

de Beauvoir a conhecida afirmação de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Com sua obra “O segundo sexo”, ela fez conhecido o pressuposto de que “[...] tornar-se uma mulher consiste num processo histórico e cultural sempre incompleto” (BEAUVOIR *apud* KRITSCH, 2012, p. 17).

Segundo Roudinesco (2003), Beauvoir estudava todos os aspectos da sexualidade das mulheres, levando em conta o biológico, o social, o psíquico e as construções históricas que sujeitavam a mulher. Criticou os psicanalistas ao atrelarem o destino da mulher ao do homem, ligando-a a ideais masculinos. O sexo é para ela não uma questão de anatomia, mas de política. “A mulher era Outro, o outro do homem, alienada da imagem que a sociedade masculina lhe remetia dela mesma” (*ibidem*, p. 142). Beauvoir situou o gênero definitivamente do lado da cultura, posição em que a sociologia e a antropologia se inserem.

No campo da psicanálise, Koltai (2000) nos explica, com base em Freud e Lacan, que a mulher é para o homem uma estrangeira, dotada de um gozo sem limites, incomodando-o em sua relação com seu próprio gozo. O encontro entre homem e mulher é o encontro com o diferente. A autora lembra que em certa idade, meninos e meninas não se suportam. É uma relação tensa, em que a diferença do outro parece nos ameaçar, suscitando o ódio e o racismo, sob a forma do sexismo. Essa relação se estenderá ao clã, à ideologia, à religião, ao Estado. Dessas noções da psicanálise, podemos inferir que o outro é todo aquele que não é; que não tem; que não faz. O outro é o não homem, o não branco, o não rico, o não cristão, o não empreendedor. E ao estabelecer essas exclusões, a humanidade se vê incapaz de reconhecer a alteridade e conviver com a diferença sem o medo, o ressentimento e a violência, como Todorov (2010) demonstra em seu livro “O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações”.

Tzvetan Todorov observa que no contato entre culturas diferentes é difícil suprimir juízos de valor. Para ele, o *status* da mulher é o “ponto de choque mais brutal”, porque ela é considerada em determinadas culturas como inferior ao homem, não podendo nunca usufruir da mesma liberdade que este poderia ter. Inclusive, a mulher é sujeita a punições físicas em caso de desobediência, como o autor irá mostrar com exemplos de mortes infligidas a mulheres paquistanesas, turcas, sob o respaldo do que se chama de “crimes contra a honra”, em que pais e irmãos matam mulheres da família que tenham desobedecido aos padrões culturais estabelecidos, em muitos casos por buscarem autonomia. O autor observa que “[...] tais costumes violentos não provêm do islã, mas de tradições anteriores, disseminadas em um espaço que vai do Mediterrâneo até a Índia e África do Sul; elas são persistentes não só entre cristãos ou pagãos, mas também entre muçulmanos”. Afirma também que em países como a França, a Espanha e a Itália, são altos os números de mulheres que sofrem maus-tratos por parte de seus companheiros (TODOROV, 2010, p. 99-100).

A luta pela igualdade entre homens e mulheres no ocidente é relativamente recente e a lei não garante a igualdade de fato, pois a cultura está imbricada de valores que colocam os sujeitos em relações assimétricas. Todorov (2010) analisa o choque cultural entre os ocidentais e o Islã, a incapacidade do ocidente em dissociar Islã e islamismo, e toda a barbárie que parte da dificuldade de ambos no reconhecimento da alteridade. As observações do autor nos ajudam a pensar sobre a situação específica das mulheres. As perguntas que Todorov faz sobre o delicado contato das especificidades culturais em meio a um regime universalista

como o da França, com seus ideais iluministas, colocam em voga a tensa relação com o outro, a qual a psicanálise nos ajuda a entender melhor sobre o viés da subjetividade. A própria forma como o autor pensa a violência é rica, por analisá-la do ponto de vista dos sentimentos como o medo, o ressentimento e o apetite, em que é possível enquadrar vários países. A questão do direito ao uso do véu por mulheres muçulmanas em escolas, ou como profissionais na França são foco de grandes debates e protestos, por exemplo. A França quer manter uma identidade nacional em um território em que diversas culturas estão presentes, inclusive, pela ação dos próprios franceses, via colonialismo. A violência, como se vê, é um recurso frequentemente utilizado no contato com o estrangeiro, que, na verdade, representa aquilo que odiamos em nós e que por vezes desconhecemos.

A partir das reflexões de Koltai (2000) e Todorov (2010), portanto, podemos entender a mulher como estrangeira do homem, culturalmente mais sujeita à violência de gênero em várias sociedades. Diante disso, no próximo tópico discutiremos acerca dessa violência de gênero como mecanismo da dominação masculina explicada por Bourdieu (2009), que, por meio de violência simbólica, reforça e mantém relações desiguais entre os gêneros. Privilegiaremos a abordagem do gênero como culturalmente construído, de acordo com Simone de Beauvoir (1949), e relacional, como Marilyn Strathern (2006) o trabalha.

Violência de gênero como um recurso da dominação masculina

De acordo com Leite (1994) e Vicentino (1997) *apud* Santiago e Coelho (2007), no Direito Sumério da Mesopotâmia, no ano de 2000 a.C., o matrimônio era considerado como a compra de uma mulher³. Se esta renegasse seu esposo, era lançada ao rio, com pés e mãos amarradas, ou jogada do alto de uma torre. Se não pudesse dar filhos ao marido, a este era reservado o direito de ter outra esposa. No Direito Romano, as punições às mulheres eram de responsabilidade de seus maridos. Os autores acrescentam que durante a Idade Média, para cada dez bruxas queimadas na fogueira da Inquisição, apenas um era bruxo, o que salienta a discriminação direcionada às mulheres na época. Séculos depois, e conforme o historiador Jules Michelet, a missão da mulher no século XIX ainda era submeter-se ao comando do homem (*apud* SANTIAGO; COELHO, 2007).

Mas é também no século XIX que a discussão sobre a desigualdade entre os sexos e a condição de submissão da mulher ganha mais adeptos no âmbito público, não nos esquecendo da tentativa de Olympe de Gouges um século antes, já mencionada aqui. John Stuart Mill, um filósofo liberal, é um dos primeiros homens, sob a influência inicial de sua esposa Harriet Hardy Taylor, a militar em favor da emancipação feminina e a reconhecer o direito de voto das mulheres. Com ressalvas para as mulheres que escolhessem o casamento – essas deveriam se submeter à divisão de tarefas habituais à ordem patriarcal – Mill defendeu o direito das

³ As reflexões de Pateman (1993) em seu livro “O contrato sexual”, são muito interessantes para o aprofundamento dessa discussão. Nele, a autora descortina o que ela denomina como a outra parte da história sobre o contrato original, apontando-o como um pacto sexual-social. Para a autora, o contrato social também é sexual, pois fundamenta o surgimento da sociedade civil patriarcal e de um direito político também patriarcal ao dar ao homem o direito político sobre as mulheres, sobretudo por meio do casamento.

mulheres ao trabalho, à educação, ao divórcio. Denunciou o estupro conjugal, do qual as mulheres eram vítimas silenciosas e impotentes, afirmava. Entretanto, mesmo que se denunciasse o estupro marital, à época isto era feito mais como uma infração contra a autoridade masculina e patriarcal do que como uma agressão ao corpo da mulher, já que havia uma gradação de punições. Estuprar uma moça virgem (apta ao casamento), por exemplo, era mais grave que atentar contra uma prostituta (ROUDINESCO, 2003). Entretanto, nesse ponto não parece que houve muitas alterações no século XXI, o estupro marital ainda é foco de controvérsias, assim como ainda é difícil para a mulher denunciar um estupro sem que haja especulações desagradáveis a seu respeito por parte não só da sociedade, mas também de órgãos públicos que deveriam prestar apoio às vítimas em vez de constrangê-las no momento de registro das ocorrências.

A violência doméstica, geralmente infringida por homens a mulheres e crianças de seu círculo íntimo, esposa e filhos, além de namoradas, vizinhas, irmãs, mães e amigas, está presente há séculos nas relações em família⁴. Há muitas pesquisas a esse respeito, que demonstram estatísticas assustadoras quando o tema é a violência contra a mulher ou a violência de gênero, concernente a todos os espaços sociais (ALMEIDA, 2007). O caso do Estado do Espírito Santo ganhou destaque no Brasil, atualmente, por suas estatísticas muito acima da média nacional no que tange à violência de gênero⁵.

A taxa do Espírito Santo, segundo o Mapa da Violência 2012 (que tem como base o ano de 2010), é de 9,8 homicídios de mulheres por 100 mil habitantes. A taxa média do País é de 4,6 mortes por 100 mil. Além disso, caso a taxa de homicídios de mulheres fique em torno de 8,4 mortes por 100 mil, o dado ainda não expressa redução significativa, já que ainda é quase o dobro da registrada no País (FRANCEZ, 2012, Século Diário).

Roudinesco (2003) explica que por muitos séculos a família ocidental foi baseada na soberania divina do pai, mas foi desafiada, a partir do século XVIII, pela irrupção do feminino. Com o estabelecimento da burguesia, a família se transformou em uma célula biológica cuja maternidade recebeu lugar central. Com o declínio do poder patriarcal,

[...] esboçou-se um processo de emancipação que permitiu às mulheres afirmar sua diferença, às crianças serem olhadas como sujeitos e aos “invertidos” se normalizarem. Esse movimento gerou uma angústia e uma desordem específicas, ligadas ao terror da abolição da diferença dos sexos, com a perspectiva de uma dissolução da família no fim do caminho (*ibidem*, p. 11).

⁴ Não desconsideramos que homens também sofram violências no âmbito privado, ou que mulheres não tenham também potencial violento. Entretanto, partimos das constatações de amplas pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a violência de gênero, que nos mostram que são as mulheres e crianças as maiores vítimas desse tipo de violência. Inclusive, grande parte dos assassinatos de mulheres é realizada por seus companheiros ou homens próximos a elas.

⁵ Há que se observar a possibilidade de relativização dessas estatísticas, uma vez que o Espírito Santo pode ser o Estado que também mais denuncia a violência doméstica. Dados estatísticos podem trazer distorções da realidade. Entretanto, há um forte indício de que o estado tem lidado muito mal no enfrentamento a esse tipo de violência. A relevância desse assunto e sua complexidade merecem abordagem aprofundada.

O interessante é que em vez de estabelecer uma ruptura à ordem estabelecida, há “[...] forte vontade de integração a uma norma outrora infame e fonte de perseguição” (*ibidem*, p. 9). É a norma da filiação, da constituição da família nos modelos tradicionais, a exemplo das relações homoafetivas que repetem padrões dicotômicos heterossexuais, antes responsáveis pela exclusão dos homossexuais do seio familiar.

Nessa esteira, parece que a manutenção da autoridade patriarcal por meio da violência sempre esteve presente na família. Ao pai era dado o direito, pelo Estado, de manter a ordem familiar por meio da força se fosse preciso. A mulher e as crianças eram tratadas como propriedade do homem. Este era a lei, a base e a palavra a ser seguida. Roudinesco (2003) explica que o pai dos tempos arcaicos era representado por uma figura heroica e guerreira, encarnação familiar de Deus, senhor das famílias. Ele era como um rei que decidia sobre o corpo das famílias e sobre os castigos destinados aos filhos. No direito romano, a filiação só era assumida por meio da palavra ou gesto do pai. Mesmo que ele fosse o pai biológico de determinada criança, a ele era dado o direito de negar a paternidade ou a proteção ao filho, podendo oferecê-las a qualquer outra pessoa, filho legítimo ou não. Com o surgimento do cristianismo, a paternidade biológica ganha seu primado e só é declarado pai aquele que se submete à legitimidade sagrada do casamento. A paternidade decorrerá, então, da vontade de Deus, a fim de se garantir a integração familiar.

Todavia, ao longo do tempo, as violências circunscritas ao âmbito privado passaram a ser publicizadas e alcançaram espaço nos debates públicos, sobretudo pelas mãos das feministas. O Estado foi cobrado para mudar de postura e intervir nos abusos da autoridade paterna no ambiente doméstico. Mas essas mudanças ainda são muito recentes, assim como seus efeitos. Além disso, a intervenção do Estado no espaço privado ainda é algo delicado, foco de muitas controvérsias.

À família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas. Ao perder sua aréola de virtude de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico, individualizado, cuja grande fratura a psicanálise tentará assumir durante todo o século XX (ROUDINESCO, 2003, p. 17).

O desejo de normatividade, diz-nos a autora, semeia esses medos na sociedade, medo de que as diferenças sejam abolidas no seio da família. Há um terror pelo fim do pai, como se fosse o fim da autoridade e o surgimento de um poder materno ilimitado que provocariam a mutilação da família, a desordem e sua incapacidade de transmitir seus próprios valores como célula base da sociedade. Catástrofes como o incesto, o estupro de crianças e a desordem social são evocadas pelos conservadores como consequências da irrupção do feminino e da abolição das diferenças sexuais. Entretanto, é interessante notar que abusos da autoridade paterna sempre existiram e provocaram tais catástrofes na ordem social. Seria o fim da autoridade paterna ou o desejo de mantê-la a qualquer custo, pelo menos nas aparências, que tem provocado essas catástrofes? Ou então, poderíamos dizer que a autoridade paterna sempre esteve em crise, ou foi sempre fraca, mantida à custa de violências de toda natureza?

A família era então contestada, rejeitada, declarada funesta ao desabrochar do desejo e da liberdade sexual. Assimilada a uma instância colonizadora, ela parecia carregar todos os vícios de uma opressão patriarcal, que proibia às mulheres o gozo de seus corpos, às crianças o gozo de um auto-erotismo sem entraves, aos marginais o direito de desenvolver suas fantasias e suas práticas perversas (*ibidem*, p. 8).

Cabe salientar que também as mulheres reproduzem a dominação masculina. Elas, ainda hoje, são responsáveis principais da educação das crianças, e estão imersas em padrões sociais que definem quais condutas estão atreladas ao masculino ou ao feminino; são agentes sociais que tanto podem reforçar quanto subverter as categorias de gênero estabelecidas. O que torna as questões de gênero ainda mais complexas é que os indivíduos não percebem as relações de dominação, ou as aceitam como algo que faz parte das relações entre os sexos, o que se aproxima da ideia de violência simbólica de Bourdieu (2009).

Além das relações de dominação e violência contra a mulher no contexto familiar, cabe resgatar reflexões em torno da violência contra a mulher para além das fronteiras da família. Rial (2007) trabalha em seu artigo “Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque” a questão do estupro como uma arma de guerra, a inserção da mulher neste espaço masculino e o silêncio da mídia sobre as violências sexuais perpetradas por soldados no Iraque e em outras regiões.

O estupro das mulheres pode se constituir também em uma arma de guerra. Foi assim na Guerra dos Balcãs, onde pela primeira vez se teve conhecimento de um projeto estatal incentivando o estupro como arma na guerra, como um projeto de ‘limpeza étnica’, inicialmente denunciado por Roy Gutman. Assim como ele, a antropóloga francesa Véronique Nahoum-Grappe tem refletido sobre esses estupros e mostrado que a violação sistemática constitui hoje um dado novo e inaceitável (RIAL, 2007, p. 143).

Não é novidade que o estupro sempre foi utilizado como forma específica de violência contra as mulheres, e é verdade que homens também são colocados em situações de violação sexual, mas no caso das mulheres esse é um medo sempre presente; o que impressiona é que Rial (2007) traz a dimensão política dessa violência. Ela observa que o estupro foi estatizado por autoridades militares e sua prática sistematizada e utilizada também como forma de genocídio, de destruir a identidade e a honra das populações combatidas ao forçar as mulheres da região a terem bebês de soldados inimigos. Em muitos casos, como o de mulheres bósnias, soldados sérvios as mantinham em prisões até o sexto mês de gravidez. Além desses casos, muitas mulheres foram utilizadas como escravas sexuais, ou foram violentadas e mutiladas, o que lembra também o tráfico de mulheres. As grandes guerras mundiais já utilizaram o estupro como arma também, embora a mídia omita essa realidade. Hoje, com a ação de movimentos de mulheres, órgãos internacionais e movimentos sociais em todo o mundo, há a denúncia e combate a essas práticas e à omissão da mídia, contudo, tal situação ainda se constitui um desafio.

No caso mais trágico, que ficou conhecido como "the rape of Nanking", cerca de 20 mil mulheres foram estupradas e mutiladas em Nanking, durante o primeiro mês de ocupação japonesa na China, em dezembro de 1937. O modo encontrado então pelo

governo japonês para evitar novos estupros em massa foi estabelecer prostíbulos nos territórios ocupados, recrutando prostitutas, mas também mulheres enganadas por promessas de trabalho, raptadas ou coagidas, que eram assim estupradas diariamente (RIAL, 2007, p. 144).

Em “O mito do matriarcado: por que os homens dominavam as sociedades primitivas” (1979), Joan Bamberger demonstra que as afirmações sobre a existência de um governo das mulheres anterior à ordem patriarcal, como as feitas por Johann Jakob Bachofen no século XIX, são contestáveis e pouco consistentes, confrontadas com outros trabalhos que apontavam o domínio do patriarcado como constante nas sociedades humanas. Bamberger observa que a existência de sociedades matrilineares, apesar de marcar a descendência por parte da família da mãe, não correspondia a governos matriarcais. Muitos mitos sobre o governo de mulheres descreviam-nas como tirânicas e de comando caótico, em que os homens eram tratados sem piedade ou justiça; em dado momento, os homens recuperam ou estabelecem seu poder sobre as mulheres. Em alguns rituais e mitos de indígenas na América do Sul nos séculos XIX e XX, esse poder dos homens é preservado em rituais secretos que excluía as mulheres e direcionava a elas o terror, com a utilização de grande violência para afastá-las dos segredos e dos espaços rituais, como ocorria com os povos Yamana-Yaghan a Kina e os Juruparis. As que desafiavam os homens da aldeia e tentassem desvendar os segredos rituais eram mortas ou violentadas.

[...] Uma vez iniciados, invariavelmente os mitos terminavam com os homens no poder. Ou os homens tomavam das mulheres os símbolos de autoridade ou se instalavam como donos legítimos da cerimônia e sua parafernália, ou eles invocavam sanções violentas contra aquelas que ousavam desafiar a autoridade masculina. Em nenhuma versão as mulheres vencem a batalha do poder. Ao contrário, elas permanecem para sempre sujeitas ao terrorismo masculino, escondidas em suas cabanas, temendo enfrentar os espíritos mascarados e os ancestrais trombetistas (BAMBERGER, 1979, p. 246).

Interessante notar os signos negativos que são atrelados ao feminino. Como vimos em outras partes dessa discussão, a subalternidade e estrangeiridade da mulher e das representações do feminino em geral são trabalhadas em vários estudos. Embora a psicanálise tenha profundas divergências com a sociologia no entendimento das diferenças sexuais, ambas podem dialogar ao pensarmos a misoginia, uma aversão ao feminino que independe de quem a possua. Tanto homens quanto mulheres podem desenvolver essa aversão, também capaz de gerar grandes conflitos entre os sexos.

Há inúmeros exemplos da violência de gênero tanto no âmbito público quanto no privado. Violência doméstica, estupro marital, estupro em geral, estupro como arma de guerra, humilhações à mulher e negação de direitos e reconhecimento a todos aqueles que se aproximam dos símbolos femininos, isto em várias sociedades. Assistimos a um feminicídio que é abafado pelas mídias e por governos, acobertado por tradições religiosas e sociais. Seria uma resposta masculina à crise da autoridade patriarcal? Seria uma tendência misógina à ordem social da qual fazemos parte? Como Todorov (2010) salienta, o desconhecimento do outro e de sua história gera o ódio e a intolerância. Entretanto, por meio de instâncias como a

narrativa e a arte é possível alcançar patamares melhores de reconhecimento da alteridade, seja ela de gênero ou acerca das relações sociais como um todo.

Considerações finais

Ao longo deste artigo destacamos alguns dos aspectos que permeiam a discussão de gênero, com ênfase na questão da mulher. Em um primeiro momento, apresentamos diferentes concepções de sexo e gênero na sociologia e na psicanálise, bem como alguns apontamentos históricos sobre a temática. Foi possível explicitar que a psicanálise nos fornece boas pistas para analisar a posição de homens e mulheres na sociedade. A abordagem interdisciplinar de Roudinesco (2003) – por transitar entre a história, a psicanálise e as ciências sociais – trouxe interessantes contribuições no entendimento da situação da mulher ao longo do tempo e do processo de mudança dos padrões familiares à medida que a sexualidade feminina foi reconhecida. Bourdieu (2009), Beauvoir (*apud* ROUDINESCO, 2003; KRITSCH, 2012) e Stratern (*apud* MATOS, 1999) acrescentam alguns aspectos da socioantropologia do gênero. Em um segundo momento, discutimos a violência de gênero como um recurso de manutenção da dominação masculina, tanto do ponto de vista da violência simbólica (BOURDIEU, 2009) quanto da violência física. Santiago e Coelho (2007), Almeida (2007), Rial (2007) e Bamberger (1979) nos permitiram tangenciar a historicidade da violência contra as mulheres, e a manutenção da dominação masculina pela simbologia da força, por meio dos casos de violência doméstica e dos casos de estupro como arma de guerra.

Para analisar questões de conflitos de gênero há que se considerar a subjetividade, a historicidade e o contexto social dos sujeitos. Nesse aspecto, abordagens como a de Roudinesco e de outros autores mencionados neste artigo podem ajudar a entender o fenômeno da dominação masculina e das violências atreladas a ela em seus aspectos conjuntural, político e subjetivo, amparando a tese de que o feminicídio pode ser uma resposta masculina à crise da autoridade patriarcal. O próprio signo de inferioridade atrelado ao significante feminino na relação com o masculino por muito tempo foi fruto da naturalização dos papéis de gênero. Essa condição legitimou a opressão constante ao feminino, e a violência é uma das manifestações opressoras mais pujantes dessa naturalização. As sociedades modernas têm avançado na concepção e na prática de relações de gênero menos assimétricas, embora conflitos e incertezas na família de hoje permaneçam tão presentes quanto há séculos atrás. Entre os estudiosos de gênero a divergência parece ainda mais desafiadora, mas o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento pode contribuir na construção não só de uma melhor compreensão sobre o tema, mas também na proposição de relações de gênero menos opressoras.

Referências

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência maldita. In: ALMEIDA, Suely Souza de (org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

BAMBERGER, Joan. O mito do matriarcado: por que os homens dominavam as sociedades primitivas? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 233-254.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª Ed., 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

FRANCEZ, Lívia. Mulheres em risco: taxa de homicídios para 2012 é o dobro da média nacional. In: *Século Diário*, 14/09/2012. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com.br/exibir.php?id=763>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

FREUD, Sigmund. (1924). **A dissolução do complexo de Édipo**. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.XIX, p. 191-199).

_____, Sigmund. (1925). **Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos**. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.XIX, p. 273-286).

_____, Sigmund. (1931). **Sexualidade feminina**. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.XXI, p. 231-251).

GOUGES, Olympe. “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”. In: **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos**, USP. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>> . Acesso em: 12 jan. 2013.

KOLTAI, Caterina. **Política e Psicanálise**. O estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000.

KRITSCH, Raquel. O gênero do público. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Horizonte, 2012, p. 17-45.

MATOS, Sonia Missagia de. Repensando gênero. In: AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli. **Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América**, capítulo Brasil. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, Apr. 2007, p. 131-151. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100009&lng=en&nrm=iso> . Acesso em: 15 jan. 2013.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTIAGO, Rosilene Almeida; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A violência contra a mulher: antecedentes históricos. In: **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, UNIFACS, v. 11, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/313>>. Acesso em: jan. 2013.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 3, set. 2010, p. 556-571. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2013.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis: Vozes, 2010.

Recebido em: 11/02/2013

Aprovado em: 12/03/2012